

# Contas públicas: o rombo é cada vez maior

O saldo financeiro real do Estado no final de 2001 era de R\$ 1,803 bilhão que, acrescido do saldo negativo potencial, atingiu um saldo financeiro negativo ajustado de R\$ 3,1 bilhões.

Adicionando-se a ele o déficit orçamentário previsto para o exercício corrente, de R\$ 1,275 bilhão, chega-se a um saldo financeiro negativo no final de 2002 de R\$ 4,4 bilhões, sendo R\$ 3 bilhões de passivo real e R\$ 1,4 bilhão de passivo potencial.

Esse mesmo saldo financeiro era de R\$ 836 milhões negativos em 1998. Se deduzirmos a dívida empenhada para a Ford, da ordem de R\$ 222 milhões, que não foi paga, tal saldo reduz para R\$ 614 milhões.



Darcy Francisco Carvalho dos Santos  
Agente Fiscal do Tesouro do Estado

Por outro lado, o Estado, no período 1999-01, obteve um crescimento de arrecadação de ICMS de quase R\$ 2,5 bilhões, alienou bens que propiciaram uma receita de R\$ 965 milhões, contraiu operações de crédito da ordem de R\$ 582 milhões e utilizou os recursos do Caixa Único, num total de R\$ 1,352 bilhão.

Diante de tudo isso,

**a pergunta inevitável é: como pode o Estado estar em tão difícil situação financeira?**

A resposta a essa pergunta é a que tentaremos dar a seguir.

As finanças estaduais têm um déficit estrutural que, sem receita extra, mesmo com investimento zero, se situou numa média de R\$ 550 milhões anuais entre 1998 e 2001. Um corte nos investimentos públicos da ordem de 57%, aliado a uma política de contenção dos reajustes salariais, reduziu parcialmente tais déficits. Isso quando desconsiderada a receita de alienação de bens. Porém não impediu que, no período 1999-01, essa cifra chegasse a R\$ 1,88 bilhão, que se acumulou no passivo financeiro.

Para que esse montante de déficit não ocorresse, seria

necessário o ingresso de receita extra em valor bem maior ao que ocorreu. A utilização do Caixa Único financiou o déficit, mas não o reduziu e, por isso, aumentou a dívida líquida de curto prazo. Os resgates do Caixa Único não são receitas e sim empréstimos, que, além de ilegais, necessitam ser devolvidos.

Por outro lado, houve um incremento maior das receitas tributárias, das quais parte pertence aos municípios. Uma prova dessa afirmativa é que, enquanto as receitas correntes cresceram 39,2%, as transferências aos municípios aumentaram 57,2%.

Com isso, o incremento da receita corrente líquida foi menor que o das receitas correntes, da ordem de 34,4%.

Além disso, os demais agregados da despesa – com exceção da despesa com pessoal, que cresceu 24,8% – elevaram-se mais do que a receita corrente líquida, sendo as despesas de manutenção 46,5% e o serviço da dívida 71,9%. Em função disso, apesar de ter recebido menor acréscimo o item com maior peso nos gastos totais, que é a despesa com pessoal, o déficit estrutural do Estado não podia ser, como não foi,

reduzido. Por isso, a necessidade do corte nos investimentos, que só haviam alcançado o patamar de 1998 (e também o de 1997) devido à receita da privatização.

Quanto ao serviço da dívida, embora maior que o valor despendido no governo anterior, ainda está abaixo da média do período 1993-98, quando medido em percentual da receita corrente líquida. Mesmo assim, representou um valor de R\$ 968 milhões em 2001, cuja causa básica não está no acordo da dívida de 1998, que impõe um custo igual ao das demais dívidas estaduais, que representam apenas 18% do estoque.

Além disso, contribuiu para o montante dos gastos com a dívida o empréstimo Proes, que em 1998, foi o responsável pelo ingresso no Banrisul de R\$ 2,4 bilhões, sem o quê o referido banco estaria inviabilizado.

Quanto à despesa com pessoal, mesmo com uma variação inferior ao IGP-DI e ao crescimento das receitas correntes, propiciou um crescimento nominal de R\$ 1,074 bilhão no período em questão, cuja causa principal está no ingresso de novos funcionários, além do crescimento vegetativo.

Em suma, não houve redução do déficit estrutural,

**“A solução da grave crise das finanças estaduais exige uma série de medidas profundas que necessitam uma política fiscal consistente”**

mas apenas uma contenção da folha, pela ausência de reajustes e cortes dos investimentos. Retomadas essas causas, o déficit aparecerá em níveis ainda maiores, porque houve crescimento dos demais agregados da despesa em ritmo superior ao da receita corrente líquida, conforme referido.

O governo que assumir em janeiro de 2003 receberá o Estado com um enorme déficit acumulado, uma folha de pagamento com aumentos já autorizados (que gerarão um acréscimo de, no mínimo, 11%, quando a taxa de inflação deverá situar-se entre 4% e 6%) e, ainda, com a capacidade de endividamento esgotada. O coeficiente de liquidez corrente será inferior a 0,25, ou seja, o que haverá em caixa e em bancos mais os créditos a receber no curto prazo representarão uma quarta parte das dívidas a serem pagas no mesmo espaço de tempo.

Acresce-se a isso a situação financeira do IPE, cujo déficit orçamentário anual é superior a R\$ 350 milhões e com uma dívida de curto prazo que beira os R\$ 500 milhões. A solução para a grave crise pela qual passam as finanças estaduais exige uma série de medidas profundas, que necessitam de uma política fiscal consistente, diferente da política “feijão-com-arroz” executada pelo Governo Olívio.

### Saldo financeiro negativo no final de 2002

Partindo do saldo de 2001

ITENS	VALOR (Em R\$ milhões)
<b>1 - Balanço de 2001</b>	
1.1 Saldo Financeiro Real (negativo) .....	1.673
1.2 Despesa lançada no Realizável (responsáveis) .....	130
1.3 Saldo Financeiro Real corrigido (1.1+1.2) .....	1.803
1.4 Saldo Financeiro Potencial negativo .....	1.335
<b>2 - Saldo financeiro negativo ajustado=(1.3+1.4)(*)..</b>	<b>3.138</b>
<b>3 - Resultado financeiro exercício/2002 (negativo)</b>	
Previsão .....	1.275
<b>4 - Saldo financeiro ajustado/2002(negativo)=(2+3).....</b>	<b>4.413</b>
4.1 Saldo Financeiro Real .....	3.078
4.2 Saldo Financeiro Potencial .....	1.335
<b>O próximo governo receberá, ainda:</b>	
Coeficiente de liquidez corrente inferior a .....	0,25
Folha de pagamentos c/reajustes já concedidos p/2003 .....	11%
Déficit orçamentário s/investimentos, superior a .....	550
Déficit orçamentário anual do IPE.....	350
Passivo financeiro a curto prazo do IPE - setembro/2001.....	475
Limite de endividamento esgotado: dtl/rcl próximo a.....	3
Precatórios judiciais não lançados .....	ND
Transferências para complementar pensões do IPE.....	ND

FONTE: www.sefaz.rs.gov.br - Balanço analítico 12/2001 e Proposta Orçam./2002.

(\*) Inclui R\$ 1.352 de Resgate do SIAC em 31/12/2001.

NOTA: Logicamente, esse déficit não se concretizará, pois não haverá recursos para seu financiamento. O resultado será a não realização da maioria dos investimentos programados, como já ocorreu nos exercícios anteriores.